



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 560029 - BA (2020/0026056-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : ANDRE LUIZ CORREIA DE AMORIM  
**ADVOGADO** : ANDRÉ LUIZ CORREIA DE AMORIM - BA020590  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
**PACIENTE** : KAIO SILVA CARVALHO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

### EMENTA

*HABEAS CORPUS*. APELAÇÃO DA DEFESA JULGADA DESERTA EM RAZÃO DA INOBSERVÂNCIA DA DETERMINAÇÃO DE EXTRAÇÃO DE CÓPIA DOS AUTOS. CRIMES DE AÇÃO PENAL PÚBLICA. CUSTAS DEVIDAS APÓS CONDENAÇÃO DEFINITIVA. ILEGALIDADE MANIFESTA. PARECER ACOLHIDO.

Ordem concedida para anular a decisão que julgou deserta a apelação do paciente, devendo os autos ser remetidos à Corte estadual para análise.

### DECISÃO

Estou de pleno acordo com esta manifestação da Subprocuradora-Geral da República Célia Regina Souza Delgado, a qual adoto como razão de decidir (fls. 89/94 – grifo nosso):

Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado em favor de KAIO SILVA CARVALHO (fls. 3/9), apontando como órgão coator a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (fls. 68/77), que denegou o habeas corpus ali impetrado, nos termos da seguinte ementa:

“EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIMES TIPIFICADOS NOS ARTS. 33, CAPUT, E 35, AMBOS DA LEI Nº. 11.343/06, C/C ART. 2º, §§ 2º E 4º, I, DA LEI Nº. 12.850/2013. 1 PACIENTE FOI DENUNCIADO JUNTAMENTE COM A PESSOA DE JANIEL CAVALCANTE DE JESUS. EXORDIAL OFERECIDA EM 31/01/201. ÉDITO CONDENATÓRIO PROFERIDO EM 10/05/2018. RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO NA DATA DE 14/05/2018. PUGNOU PELA APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES EM SEGUNDA INSTÂNCIA, À LUZ DO ART. 600, §4º, DO CPPB. INDEFERIMENTO. MAGISTRADO DETERMINOU QUE FOSSE CERTIFICADO O TRÂNSITO EM JULGADO DO DECISUM COM RELAÇÃO AO CORRÉU, BEM COMO A APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES PELA DEFESA DO PACIENTE. TRASLADO DAS CÓPIAS DOS FÓLIOS PARA REMESSA A ESTE TRIBUNAL (ART. 601, §§1º E 2º, DO CPPB). PACIENTE APRESENTOU AS RAZÕES DO RECURSO DE APELAÇÃO, NA DATA DE 15/06/2018. OFERECIMENTO DAS CONTRARRAZÕES PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. DEFESA DO PACIENTE PETICIONOU PERANTE O JUÍZO A QUO E INFORMOU QUE “NÃO IRIA CUMPRIR O

DISPOSTO NO ART. 601, § 1º E 2º DO CPPB. DESERÇÃO DO RECURSO. DECISÃO PROFERIDA EM 18/09/2018. QUEDOU-SE INERTE. NÃO INTERPOSIÇÃO DO RECURSO CABÍVEL, À LUZ DO ART. 581, VX, DO CPPB, QUAL SEJA, O RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. SENTENÇA CONDENATÓRIA TRANSITOU EM JULGADO, TAMBÉM, EM DESFAVOR DO PACIENTE. CUSTÓDIA DO PACIENTE DECORRE DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. 2 – CONCLUSÃO: DENEGAÇÃO DA ORDEM” (fl. 35).

O impetrante alega que “a todo momento a defesa se manifestou nos autos e apenas informou que não iria proceder o traslado em cumprimento ao despacho proferido pelo próprio magistrado (...). Cabe trazer a baila, conforme inclusive no acordão, que o processo já tinha transitado em julgado para o co-réu, motivo pelo qual não tinha necessidade do autos serem mantidos na Vara de Origem” (fl. 06).

Aduz “que a extinção do recurso de apelação pela deserção só é aplicável aos processos instaurados por ação de iniciativa privada (...). Não é possível a sua ocorrência se o mesmo tiver sido interposto pelo Ministério Público ou a ação for pública, como é o caso em análise” (fl. 06).

Requer, dessa forma, que “o recurso de apelação seja encaminhado para o Egrégio Tribunal de Justiça da Bahia e assim possa ser analisado e julgado” (fl. 09).

Liminar indeferida à fls. 80/81.

O habeas corpus não merece ser conhecido.

Em consonância com a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, não se admite habeas corpus substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem de ofício, caso exista flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção, o que se observa, em parte, nestes autos.

O paciente foi condenado como incurso no art. 33, da Lei nº Lei 11.343/06 e art. 2º, §§ 2º e 4º, I da Lei 12.850/13, à pena de 12 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado.

A defesa apelou, tendo protestado pela apresentação das razões em segunda instância, à luz do art. 600, §4º, do CPP, sendo indeferido pelo Magistrado de primeiro grau, que determinou, que o réu adotasse as providências necessárias de extração das cópias dos autos para remessa ao Tribunal de Justiça, consoante o art. 601, §§1º e 2º, do CPP, o que não foi observado pela defesa, razão pela qual o recurso foi considerado deserto, pelos seguintes fundamentos:

“Havendo dois réus e apenas um deles interposto recurso, caberá ao apelante promover extração do traslado dos autos, o qual deverá ser remetido à instância superior no prazo de trinta dias, contados da data da entrega das últimas razões de apelação ou do vencimento do prazo para a apresentação das do apelado, conforme dispõe o § 1º do artigo 601 do CPP. As despesas referentes a esse desmembramento correrão por conta de quem o solicitar, salvo se for réu pobre ou do Ministério Público (artigo 601 § 2º). In casu, o apelante, o qual tem advogado constituído nos autos, deixou de cumprir o dever de promover a extração de cópias dos autos, manifestando, implicitamente, a desistência do recurso” (fl. 45).

A defesa impetrou habeas corpus, tendo o tribunal de origem denegado a ordem, nos seguintes termos:

“É incontroverso que o Impetrante peticionou perante o Juízo a quo e informou que “não iria cumprir” (sic) o disposto no art. 601, § 1º e 2º do CPP, conforme determinava o despacho proferido, ensejando, pois, a deserção do recurso, consoante se infere da decisão proferida em 18/09/2018. A sentença condenatória transitou em julgado, também, em desfavor do Paciente, como se pode constar dos informes judiciais prestados, sendo acostada a respectiva certidão à fl. 180 dos autos da ação penal em tramitação perante o Juízo a quo. Apenas para argumentar, tem-se que a Defesa do Paciente, embora devidamente cientificada da deserção do recurso de apelação, como bem esclarecido pelo Magistrado, a teor da sua

publicação em 18/09/2018, ficou-se inerte, tanto assim que sequer interpôs do recurso cabível, à luz do art. 581, VX, do CPPB, qual seja, o Recurso em Sentido Estrito. Com efeito, a Defesa do Paciente ficou-se inerte, não podendo agora valer-se da sua própria torpeza, de modo que, diante as informações prestadas pelo Magistrado, bem como pelos elementos coligidos aos fólios, favorecem cair por terra suas frágeis e lacunosas alegações contidas na exordial. Como se vê, não se constata qualquer irregularidade ou ilegalidade na tramitação da ação penal perante o Juízo a quo, sobretudo porque fora a Defesa do Paciente intimada previamente para tomar ciência tanto do indeferimento da apresentação das razões em Segunda Instância, quanto para proceder à extração das peças necessárias à remessa dos autos ao Tribunal. Demais disso, constata-se, seguramente, que a custódia do Paciente decorre da sentença condenatória transitada em julgado, de modo que deve permanecer inalterada a sua restrição da liberdade, não sendo possível pela via eleita reexame a situação da sua segregação cautelar pelos fundamentos acima invocados” (fls. 76/77).

Todavia, consoante bem consignado no parecer do Ministério Público da Bahia: **“É indubitoso que o jus libertatis, elemento sempre em jogo no processo penal, garante ao acusado contornos mais amplos de acesso ao Poder Judiciário.** Nesse passo, também não se pode perder de vista que, no processo penal, o acusado figura no polo passivo da relação jurídica processual, cabendo ao Estado, através de órgãos previamente constituídos, os papéis de acusar e julgar, logo, quaisquer exigências prévias para arcar com as despesas de atos processuais perde senso de lógica. Isto porque, **a atividade persecutória desencadeada pelo Estado não retira do acusado o status de inocente, até que sobrevenha uma decisão condenatória com trânsito em julgado (art. 5º, LVII, CF), logo, qualquer condicionante para análise de pedidos formulados em juízo caracteriza evidente ilegalidade.** Por oportuno, impende destacar que, diante da natureza dialética do processo penal, é natural e legítima a possibilidade do acusado se utilizar de todos os meios e recursos para combater a pretensão estatal, seja para atacar o mérito da pretensão formulada, seja para assegurar a manutenção do seu status libertatis. Assim, **não há dúvida que o acusado poderá, em juízo, requerer a expedição de cartas precatórias para a oitiva de testemunhas por ele arroladas, requerer a realização de perícias, ou mesmo recorrer de decisões, sem que tais providências estejam sujeitas a quaisquer condicionamentos, como é o caso do recolhimento para extração de cópias visando o traslado de peças.** A partir da premissa apresentada, **a decisão do magistrado a quo, ao condicionar o conhecimento do recurso de apelação tempestivamente interposto pelo paciente à “extração do traslado dos autos”, demonstra clara violação ao devido processo legal, além de se tratar de exigência inaplicável ao processo penal, sobretudo em se tratando de persecução instaurada por ação penal pública.** Note-se, inclusive, que o art. 601, §§1º e 2º, do Código de Processo Penal, - então utilizado pelo magistrado a quo como fundamento da decisão – não se conforma ao texto constitucional, na medida em que tolhe a utilização da via recursal, em crime de ação pública, a partir de uma exigência meramente cartorária. Tal dispositivo se assemelha, geneticamente, com os revogados arts. 594 (revogado pela Lei nº.11.719/2008) e 595 (revogado pela Lei nº. 12.503/2011), do Código de Processo Penal, que exigiam do acusado o recolhimento à prisão e proibia a fuga após o recurso, sob pena de deserção da apelação. Os mencionados dispositivos eram alvo de críticas doutrinárias justamente por cercearem a possibilidade de manejo de recursos (devido processo legal), bem assim por violarem a presunção de inocência (art. 5º, LVII, CF). As razões para se sustentar a desconformidade (não recepção) do art. 600, §§1º e 2º, do Código de Penal, pela atual ordem constitucional, são as mesmas. Não se admite, em um processo penal democrático, à luz do sistema acusatório, a construção de modelos limitadores de acesso às instâncias superiores, sob pena de violação ao devido processo legal. Ademais, mostra-se contraditória a exigência de extração de cópia dos autos para traslado, às custas do réu, apenas em razão da multiplicidade de acusados e do fato de somente um

deles haver interposto recurso em face da sentença. Tal situação põe o acusado em evidente desvantagem processual, na medida em que, eventual desídia do seu defensor fragiliza o próprio direito de defesa. Outro dado bastante significativo decorre do fato de que, **eventuais despesas com extração de cópia dos autos serão, ao final do processo e, em caso de trânsito em julgado, cobradas do próprio acusado, diante da condenação ao pagamento de custas. Logo, por mais essa razão, não faz qualquer sentido que o acusado, ainda que com defensor constituído, tenha de suportar o ônus de instrumentalizar o recurso de apelação interposto em face de sentença condenatória.** Portanto, há evidente ilegalidade na decisão proferida, devendo ser regularmente processado o recuso interposto, cabendo a autoridade impetrada, após instrumentalizar as peças para a expedição de guia de recolhimento do corrêu, remeter os autos originais ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso interposto pelo paciente” (fls. 62/64).

Ante o exposto, opina o Ministério Público Federal pelo não conhecimento do habeas corpus, mas pela concessão da ordem, de ofício, para que os autos sejam remetidos ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, para que seja analisado o recurso de apelação interposto pelo paciente.

Realmente, configura manifesta ilegalidade a exigência de extração de cópia dos autos na hipótese em apreço, já tendo este Superior Tribunal decidido, em situação análoga, que, *em se tratando de ação penal pública, somente se admite a exigência do pagamento das custas processuais após a condenação definitiva, não havendo falar em deserção do recurso por falta de preparo* (HC n. 223.783/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 25/4/2012).

À vista do exposto, acolhendo a opinião ministerial, **concedo** a ordem para anular a decisão que julgou deserta a apelação do paciente, desconstituindo o trânsito em julgado do feito, devendo os autos ser remetidos à Corte estadual para análise.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator